

15

2015

Revista
de História
da Sociedade
e da
Cultura

Século de Ouro
Siglo de Oro

CENTRO DE HISTÓRIA
DA SOCIEDADE E DA CULTURA

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

D. Sebastião e Alcácer Quibir em duas comédias espanholas do Siglo de Oro: *La Tragedia del Rey Don Sebastián y del Príncipe de Marruecos*, de Lope de Vega, e *Comedia Famosa del Rey Don Sebastián*, de Luis Vélez de Guevara

Sebastian of Portugal and the battle of Ksar el Kebir in two comedies of the Spanish Golden Age: *La Tragedia del Rey Don Sebastián y del Príncipe de Marruecos*, from Lope de Vega, and *Comedia Famosa del Rey Don Sebastián*, from Luis Vélez de Guevara

ANTÓNIO APOLINÁRIO LOURENÇO

Universidade de Coimbra – FLUC/CLP
ant.apolinario@gmail.com

Texto recebido em / Text submitted on: 1.09.2015
Texto aprovado em / Text approved on: 12.10.2015

Resumo: A história peninsular foi, como se sabe, uma das fontes temáticas fundamentais do teatro espanhol do Século de Ouro. Entre os múltiplos textos, mais ou menos contemporâneos dos acontecimentos, que se ocuparam da trágica batalha de Alcácer Quibir, analisamos aqui duas *comedias*, que, sob uma aparente neutralidade artística, não deixam de ser instrumentos ideológicos ao serviço dos interesses dinásticos da Casa de Habsburgo.

Palavras-chave: Século de Ouro, Comédia, Alcácer Quibir, D. Sebastião

Abstract: The history of the Iberian Peninsula was one of the most fundamental sources for Spanish theatre during the Golden Age. Among several texts, more or less contemporary with the events of the battle of El-Ksar el Kebir, we will analyse two comedies which, despite their apparent neutrality, are ideological instruments at the service of the House of Habsburg.

Keywords: Spanish Golden Age, Comedy, El-Ksar el Kebir, Sebastian of Portugal

1. São abundantes, como se sabe, os temas e os motivos portugueses no teatro espanhol do *Siglo de Oro*. A noção de espanhol como algo contrastante com o português ainda não existia na época nos territórios que compõem o atual Estado Espanhol, e só incipientemente em Portugal começava

a fazer-se essa distinção, que também não existe, como bem sabemos, nos camonianos *Lusíadas*. A Espanha era ainda geralmente entendida como contemplando toda a Península Ibérica¹, não surpreendendo, por isso, que Luís de Camões apresente o fundador da nacionalidade portuguesa como um soberano espanhol:

Um Rei, por nome Afonso, foi na Espanha,
Que fez aos Sarracenos tanta guerra,
Que, por armas sanguinas, força e manha,
A muitos fez perder a vida e a terra.
(Canto III, 23)

Na descrição da Espanha feita por Vasco da Gama ao rei de Melinde, são inclusivamente identificadas as “nações” que compunham o mapa peninsular e que eram naturalmente aquelas que haviam sido geradas pelo processo medieval da reconquista cristã. Havia entre elas uma salutar competição, porque cada uma queria superiorizar-se às demais como exemplo de garbo e valentia. Assim, nas palavras que Camões atribui a Gama, esta nobre e belicosa Espanha, cabeça da Europa e da cristandade,

Com nações diferentes se engrandece,
Cercadas com as ondas do Oceano;
Todas de tal nobreza e tal valor
Que qualquer delas cuida que é melhor.
(Canto III, 18)

Há ainda que ter em conta que o apogeu da *comedia* espanhola, representado por autores como Lope de Vega, Calderón de la Barca ou Tirso de Molina, coincide largamente com a época da monarquia dual (1580-1640).

Lope de Vega, o criador do modelo da comédia nova e ao lado de Calderón o seu maior génio, foi, sem dúvida, um dos autores que maior importância atribuiu no seu teatro a figuras e situações portuguesas. O tema foi estudado, em 1936, por Hipólito Raposo, que identificou na obra do comediógrafo espanhol catorze ou quinze obras dramáticas dedicadas a “figuras e factos portugueses, sem contar com outras obras onde há alusões laudatórias ou irónicas à nossa gente, como no *Laurel de Apolo* em que nomeia

¹ Só muito ocasionalmente era usado o adjetivo ibero como sinónimo de espanhol. Uma dessas raras ocorrências acontece na Silva III de *El laurel de Apolo*, de Lope de Vega: “Tendida en las riberas / del mar de España dulcemente yace / la célebre Lisboa, / de las tierras iberas / la más ilustre y de más alta loa” (*apud* Viqueira 1950: 187).

os nossos engenhos poéticos, na *Descripción de la Tapada* de Vila Viçosa, na *Dorotea*, comédia em prosa, com repetidas referências a Camões, a outros poetas e suas musas, onde se diz que a língua portuguesa *es dulcísima y para los versos más suave*” (Raposo 1936: 52). Por sua vez, o antigo professor de Coimbra José María Viqueira contabilizava, em 1950, na obra de Lope de “más de una veintena de asuntos y personajes lusitanos” (Viqueira 1950: 157), sublinhando a existência de uma *dupla vertente* na relação do “Fénix de los ingenios” com Portugal: “la atracción por el fenómeno portugués, y la conversión del mismo en motivo de arte por gracia y genialidad de su ser” (Viqueira 1950: 157).

É diferente o caso do dramaturgo andaluz Luis Vélez de Guevara, com uma produção dramática consideravelmente menor e cuja obra mais destacada é a novela satírica *El diablo cojuelo*. Ainda assim, Vélez de Guevara dedicou duas das suas peças mais significativas a dois dos episódios mais mitificados da história de Portugal – a batalha de Alcácer Quibir e a paixão trágica do infante D. Pedro e Inês de Castro –, o que lhe permitiu explorar dois dos tópicos mais correntes sobre o carácter do português, que percorrem grande parte da produção dramática do Século de Ouro, seja de forma séria, como é o caso, seja em registo satírico: se D. Sebastião simboliza a bravura e a tradicional arrogância dos fidalgos lusos; D. Pedro representa a exacerbada paixão portuguesa, tantas vezes elogiada e outras tantas ridicularizada na comédia áurea espanhola². Assim define Brito a paixão de Pedro por Inês em *Reinar después de morir*: “¡Que amor tan de Portugal!”. Ao que este responde: “¡Qué beldad tan de Castilla!” (Vélez de Guevara 1964: 67)³.

² No *Vocabulario de refranes y frases proverbiales*, publicado por Gonzalo Correas em 1627, pode encontrar-se a seguinte entrada: “Derretirse como portugués. Derretido como portugués. Para decir que uno se enamora mucho a cualquiera ocasión, porque esta opinión se tiene de los portugueses, que son muy enamorados y derretidos de puro amor; y por eso los llaman ‘sebosos’, a semejanza del sebo que se derrite al fuego, con vaya, por ser asqueroso más que cera” (2000: 909). Num texto satírico do poeta barroco espanhol Francisco de Quevedo, *El sueño de la muerte*, em que se retratam vários tipos de mortes (*muerte de frío, muerte de hambre, muerte de miedo, muerte de risa*), a *muerte de amores* está acompanhada por “Píramo y Tisbe, embalsados”, “Leandro y Hero y (...) Macías, en cecina, y algunos portugueses derretidos” (Quevedo 1973: 200).

³ Sendo geralmente considerada a melhor obra dramática do autor, *Reinar después de morir*, que se apresenta como tragédia, não segue o modelo da comédia nova lopesca. Dos muitos exemplos que se poderiam dar da reputação de extremos apaixonados de que gozavam os portugueses na Espanha do Século de Ouro, fiquemos-nos por uma passagem de *La mayor virtud de un rey*, de Lope de Vega. Apaixonado por uma dama castelhana chamada Sol, um fidalgo português dirige-lhe o seguinte galanteio: “Hasta ver vuestra belleza / ni amé, ni amaré después”. Resposta de dona Sol: “Andá; que sois portugués / y amáis por naturaleza” (Vega 1925: 81).

2. No contexto europeu de finais do século XVI, caracterizado pela emergência do Império Otomano como grande potência militar, mas também duramente marcado pelos confrontos bélicos de natureza religiosa (cristãos contra muçulmanos; católicos contra protestantes), não é possível entender a batalha de Alcácer Quibir como um mero conflito dinástico marroquino em que interveio desastrosamente um monarca cristão. Travada sete anos antes, em outubro de 1571, a batalha naval de Lepanto, que opôs a armada turca a um contingente naval constituído por navios pertencentes a alguns dos principais estados mediterrânicos cristãos, sob o comando de D. Juan de Áustria, estancara provisoriamente a rápida expansão marítima de um império que, no continente europeu, tinha chegado já às portas de Viena. Mas o perigo islâmico mantinha-se ameaçador.

D. Sebastião era, como se sabe, o único filho do casamento do príncipe D. João, filho do rei D. João III, e de Joana de Áustria, filha de Carlos V e da imperatriz Isabel, irmã do monarca português. Nasceu D. Sebastião em 20 de janeiro de 1554, menos de três semanas depois da morte de seu pai, que era naquele momento o único sobrevivente dos nove filhos legítimos de D. João III. Ficava momentaneamente assegurada a sucessão do reino de Portugal, evitando-se o risco imediato da sua diluição no conjunto dos reinos peninsulares⁴. Educado por um sacerdote jesuíta, Luís Gonçalves da Câmara, e na ausência da mãe, que voltou para Espanha quando o filho ainda não completara os quatro meses de idade, o futuro rei juntaria a um extremado fervor religioso a obsessão por deixar associado o seu nome, nas crónicas régias, a um glorioso feito militar, o que contratava com a prudência da política africana do seu avô D. João III, que, por motivos militares e económicos, perdera ou abandonara as praças norte-africanas de Agadir, Safim, Azamor, Alcácer Ceguer e Arzila⁵. António Quadros entende que não é justo respon-

⁴ Como explica Antonio Domínguez Ortiz, a união política entre Castela e Aragão efetuada pelos Reis Católicos “fue mucho menos sólida de lo que suele pensarse”, não tendo eliminado nenhuma das instituições próprias de qualquer dos reinos (Domínguez Ortiz 1973: 37). Apesar de o futuro rei Filipe II ser comumente identificado como “príncipe das Espanhas” (Bouza 2011: 30), o “Testamento del Emperador Carlos V”, datado de 1554, deixa transparecer a ausência de uma estrutura político-administrativa unitária nos territórios herdados pelo seu filho Filipe, assim identificados: “la corona de Castilla y Aragón, Nápoles, Sicilia”, (...) nuestros Estados y senhorios de Borboña, Brabante, Flandres y (...) todos los demás de las tierras bajas a nos pertencientes” (*apud* Prudencio de Sandoval 1956: 539).

⁵ Supõe Queiroz Veloso que Luís Gonçalves da Câmara, que passara alguns meses em África, deveria lamentar “o abandono das nossas praças”, o mesmo ocorrendo com alguns dos oficiais que exerciam a função de sumilheres de D. Sebastião: “Entre os quatro semilheres que semanalmente se revezavam no serviço do rei, havia um, D. Fernando Álvares de Noronha, várias vezes ferido em terras da mourama, cujo pai exercera com distinção o governo de Azamor. Outro que também defenderia a

sabilizar excessivamente Gonçalves da Câmara pelas *ideias expansionistas* de D. Sebastião, porque o sentimento de que a nação portuguesa entrara numa decadência que tinha de ser contrariada era comum à generalidade dos portugueses. Apoiando-se n’O *Encoberto* de Sampaio Bruno, Quadros (cf. 1982: 35-57) cita, a propósito, as *Regras para a Educação de El-Rei D. Sebastião*, da autoria de Diogo de Teive, que vaticina grandes feitos ao jovem rei, o mesmo fazendo António Ferreira e, sobretudo Camões, que, assinalando D. Sebastião como *novo temor da Maura lança* (Canto I, 6), explicitamente o incita a cometimentos militares:

Comecem a sentir o peso grosso,
Que polo mundo todo faça espanto,
De exércitos e feitos singulares
De África as terras e do Oriente os mares.
(Canto I, 15)

Questões dinásticas bem mais complicadas assolavam os reinos de Fez e de Marrocos, unificados por Mohamed ech-Cheikh, monarca da dinastia saadiana, que se envolveu em sangrentas batalhas com o irmão mais velho, Ahmed al-Araj. Feito prisioneiro em Marraquexe, Ahmed al-Araj e vários dos seus descendentes foram sumariamente executados pelo governador da cidade após a morte de Mohamed ech-Cheikh, para garantir a sucessão ao filho deste, Abdalah el-Ghalib, que, por sua vez, transmite o poder ao seu filho Abu Abdalah Mohamed II Saadi, ou mais simplesmente Mulei Mohamed.

Tanto Abdalah como Mulei Mohamed continuaram a política da eliminação violenta dos parentes mais próximos para evitarem conspirações e garantirem a transmissão do poder régio aos seus herdeiros diretos. Dois irmãos de Abdalah, Abd el-Malik (Mulei Moluco) e Ahmed al-Mansour (Almançor; Hamet e Hamete nas comédias), foram obrigados a procurar proteção no Império Turco, que nessa altura já se estendia até aos territórios localizados a norte da atual Argélia, incluindo a cidade de Argel.

Em 1576, apoiado por um forte contingente militar turco, Mulei Moluco conquista ao seu sobrinho os reinos de Fez e de Marrocos, levando o monarca derrotado a pedir ajuda ao rei de Portugal para reconquistar o território, que

expansão portuguesa em Marrocos. D. Sebastião foi, portanto, educado num ambiente propício às suas inclinações guerreiras, em que as empresas de D. João I e D. Afonso V eram exaltadas como bons exemplos, o que implicitamente correspondia à condenação da política de renúncia de D. João III (Velo 1935: 93).

passaria a constituir uma espécie de protetorado do monarca português. As consequências do pedido são sobejamente conhecidas.

3. A ação dramática das peças de Lope e de Vélez de Guevara aqui estudadas só é tematicamente coincidente numa das suas três jornadas: o conteúdo dramático da primeira jornada da comédia de Lope de Vega é idêntico à terceira do autor da *Comedia famosa*, pois são aquelas em que se descreve a batalha de Alcácer Quibir e as suas consequências trágicas. Complementarmente, são minuciosamente escrutinados, na *comedia* de Vélez de Guevara, os antecedentes e os preparativos da trágica batalha, enquanto Lope de Vega dedica as duas últimas jornadas ao destino do príncipe Mulei Xequé, filho do desditoso rei Mulei Mohamed, falecido na batalha tal como D. Sebastião.

La tragedia del rey don Sebastián y bautismo del príncipe de Marruecos foi publicada na *Oncena Parte* das *Comedias* de Lope de Vega Carpio, editada em 1618. Menéndez Pelayo considerava, no entanto, que a sua redação remonta ao ano de 1593, no qual ocorreu o batismo cristão do príncipe Mulei Xequé (Menéndez Pelayo 1969: 150)⁶. O erudito santanderino recorda igualmente que na lista de obras de Lope enumeradas em *El Peregrino en su patria*, de 1603, se encontra uma peça intitulada *El príncipe de Marruecos* que supõe ser a mesma da *Oncena Parte* (ibid.), ou pelo menos uma parte dela, pois também aventa a hipótese de Lope ter fundido numa só duas *comedias* distintas, dada a disparidade estilística e temática entre a primeira jornada e as duas restantes (ibid.: 152). Não tem qualquer valor distintivo a classificação de *tragedia* usada por Lope e a de *comedia* utilizada no título da obra de Luis Vélez de Guevara. De acordo com os preceitos expostos pelo próprio Lope em *Arte nuevo de hacer comedias en este tiempo* não se aplicam ao teatro espanhol do Século de Ouro as regras que regiam a dramaturgia clássica e que permitiam distinguir perfeitamente a tragédia e a comédia. A *comedia* espanhola é híbrida: os assuntos sérios coabitam com os triviais, grotescos ou

⁶ Menéndez Pelayo cita, a propósito esta nota coeva de Antonio de León Pinelo, recolhida nos seus *Anales de Madrid*: “Muley Xequé, Príncipe de Marruecos, hijo de Muley Mahomet, Rey de Fez y Marruecos, habiendo sido echado del reyno por Muley Moluc, su primo, se vino a España, y desengañándose de su falsa seta, recibió el agua del bautismo. Estuvo algún tiempo en el convento de la Victoria, donde le catequizaron. De allí fue llevado con mucho acompañamiento a las Descalzas Reales a recibir el bautismo. Fueron sus padrinos el Príncipe don Felipe y la Infanta doña Isabel. Llamóse don Felipe de África, y comúnmente el Príncipe Negro, porque lo era mucho. El rey le dio hábito de Santiago y encomienda, con que vivió honrado y estimado en la Corte. Murió en la Fe Católica, sirviendo en Flandes” (*apud* Menéndez Pelayo 1969: 152).

burlescos⁷, do mesmo modo que as personagens de elevado gabarito social convivem com a gente comum. Na verdade, embora o assunto seja, neste caso, sério em qualquer das obras, é na de Vélez de Guevara que o desenvolvimento dramático mais se aproxima da tragédia, tanto pela unidade da ação como pela insistência, nas segunda e terceira jornadas, dos agouros que indiciam o final trágico.

Na peça de Lope, a ação abre praticamente com um encontro historicamente inexistente entre D. Sebastião e o deposto rei marroquino Mulei Mohamed. Uma longa fala do rei de Marrocos põe o espetador ao corrente do problema político. É evidente essa função informativa, porque a personagem revela uma estranha neutralidade na descrição da situação, não valorizando, como seria verosímil, a sua perspetiva pessoal. Fica claro que, como denunciavam as fontes coevas, um acordo estabelecido pelo seu avô e um tio-avô o coloca como usurpador, pois aqueles seus ascendentes haviam determinado que o direito ao trono transitaria de irmão para irmão, de acordo com a idade, e só depois da morte do último irmão ascenderia ao trono um filho do primogénito. Isto é, ficara consagrado “que sucediese en el reino / cualquier hijo de los dos, / antes que cualquiera nieto.” (p. 124)

Não obstante a aversão cristã à religião muçulmana, o estatuto real de Mulei Mohamet confere-lhe um inevitável destaque social, que transparece das falas iniciais do rei português e das principais personalidades da corte, e justifica o lugar de relevo concedido ao deposto rei na sessão que decorre na corte portuguesa. “Al Rey se da asiento igual”, são as primeiras palavras pronunciadas por D. Sebastião (p. 123), enquanto Luis de Silva perguntará retoricamente “¿Qué habrá que el talle no venza?” (p. 123). Terá lugar pouco depois o encontro de D. Sebastião com Filipe II, em Guadalupe. Filipe aconselha o sobrinho a deslocar-se pessoalmente a África, assumindo diretamente o comando do exército cristão, mas está de acordo com o propósito da expedição. Lope de Vega faz a sua leitura pessoal dos textos das crónicas quando sintetiza o acordo a que chegaram os dois reis peninsulares. Por conselho do duque de Alba ficara estabelecido que o exército cristão deveria contar com quinze mil homens, “tudescos, españoles e italianos” (p. 130), cabendo a Portugal o pagamento de dez mil e a Castela o encargo monetário com os restantes. Como era habitual na época, no conceito de espanhol

⁷ “Lo trágico y lo cómico mezclado, / y Terencio con Séneca, [...] / harán grave una parte, otra ridícula; / que aquesta variedad deleita mucho” (Vega 1967: 14-15).

estão seguramente compreendidos tanto os súbditos de Filipe como os de D. Sebastião⁸.

Como também acontece na comédia *El duque de Viseo*, em que se põe de manifesto a injustiça da ação de D. João II sem, no entanto, se questionar a legitimidade dos atos régios (porque “Siendo el Rey general, a nadie injuria, p. 135)⁹, Lope de Vega revela o talento necessário para, sem transgredir os códigos sociais a que a comédia obedecia, demonstrar os erros de organização e o excesso de confiança do rei nas suas qualidades guerreiras. Através do diálogo entre dois simples soldados, Rosales e Carpio, que se fazem porta-vozes dos comentários populares, ficamos ao corrente da estrutura básica da expedição militar e dos seus chefes, mas também da escassez de recursos humanos – esperava-se que uma parte do exército marroquino abandonasse Muley Maluco (Mulei Moluco) e se juntasse a Muley Mahamet (Mulei Mohamed) – e das debilidades organizativas:

Quiere experiencia el militar oficio;
aquí todo va gente regalada,
aunque de su valor se muestre indicio;
mas no está en el uso de la espada,
amigo Carpio, el militar gobierno,
sino en la disciplina ejercitada. (p. 134).

São comuns na obra de Lope os elogios à valentia dos portugueses, que o dramaturgo compara com os filhos de Castela, em que ele mesmo se contava. É o que acontece em *El Brasil restituído*, que põe em cena a oposição das forças conjuntas luso-castelhanas à invasão de Salvador de Bahia pelos holandeses em 1624. Fala a personagem alegórica Brasil:

Aquí las alegres salvas
destas dos fuertes naciones,
que, por nueva unión hermanas,
la emulación de sus glorias

⁸ Baseando-se nas principais crónicas da batalha, que apresentam números por vezes descontraídos, Queiroz Veloso (1935: 343) estimou o número de combatentes do exército cristão em cerca de 16.500 homens, dos quais 14.600 seriam infantes, 1.300 cavaleiros e cerca de 600 os partidários de Mulei Mohamed.

⁹ A comédia *El duque de Viseo* começa com um diálogo entre o duque de Viseu e o Contestável, em que o segundo responde assim ao primeiro, que se queixava da aspereza do rei D. João II na sua relação com os seus súbditos, incluindo aqueles que empreendiam ações de grande mérito (como era o caso do próprio Contestável do reino, que voltava vitorioso do Norte de África): “No hablemos desto yo y vos, / y esta máxima se crea: / que cualquiera que el Rey sea, / al fin representa a Dios” (Vega 1966: 36).

hace parecer contrarias,
fue, con notable alegría,
porque fuera Lusitania
única, a no haber Castilla,
por las letras y las armas,
y si Portugal no hubiera,
Castilla por Fénix rara
se celebrara en el mundo;
pero juntándose entrambas,
no digo yo mi conquista,
pero aquella piedra santa
que fue sepulcro de Cristo,
fuera victoria de España.
(*apud* Viqueira 1950: 295).

Na *Tragedia de don Sebastián* o apreço de Lope pela valentia dos portugueses manifesta-se, por exemplo, no diálogo entre o rei Moluco e o seu irmão e herdeiro Hamet quando têm conhecimento de que o exército de D. Sebastião dispõe somente de quinze mil efetivos militares. Naquele contexto, a ironia está forçosamente ausente. A comparação da valentia de D. Sebastião com o seu avô Carlos V é uma constante na peça:

HAMET

No trae un hombre más el Lusitano,
seno es que del valor los autorices.
Trae el bastón en la siniestra mano
con tal grandeza en años tan felices,
que quien en Túnez vio triunfando a Carlos,
quiere en presencia y armas igualarlos.
Hace de General el digno oficio,
y Maestre de campo es Eduardo
de Meneses, gallardo a mi juicio.

MALUCO

En siendo portugués, será gallardo [...]
(pp. 139-140)

Tenha-se em conta que o teatro de Lope – e esta peça tem bastantes didascálias com o exclusivo propósito de orientar a encenação (o Autor na linguagem da época) – tinha fundamentalmente como destinatário o público que frequentava os “corrales” castelhano-aragoneses. A consciência da exis-

tência de uma comunidade cultural hispânica é tão genuína no teatro de Lope como nos já referidos *Lusíadas* camonianos, em que se exaltam os reinos espanhóis, entre os quais se inscrevia, como “cume da cabeça de Europa toda”, o *reino Lusitano* (Canto III, 20).

Há por outro lado, nalguns comportamento do rei e nos discursos laudatórios que lhe dirigem os mais importantes fidalgos de Portugal, a manifestação de uma soberberia e de uma petulância também recorrentes na caracterização do português no teatro de Lope e de outros importantes dramaturgos do Século de Ouro. A crítica da arrogância é por vezes feita de forma paródica, o que não é o caso, dadas as consequências trágicas da impetuosidade demonstrada pelo jovem monarca português. Enquanto o alferes-mor assegura ao rei a impossibilidade de uma derrota do exército cristão, o prior do Crato sugere que, apesar de toda a sua grandeza, o próprio rei Filipe e o duque de Alba não conseguem ocultar por completo o temor de os seus feitos serem eclipsados pela grande vitória que aguarda D. Sebastião:

Teme este fuerte español [o duque de Alba],
viendo al primer arrebol
que te hace el África salva,
que ha de obscurecerse el Alba
cuando amanezca tu Sol.
Filipo, que al Occidente
declina, teme también
que los rayos de tu Oriente
tanta luz a España den
como el laurel de tu frente. (p 136)

Embora só a primeira jornada da comédia de Lope seja exclusivamente dedicada à fracassada jornada africana de D. Sebastião, a descrição da batalha a que aí se procede é feita de modo desconexo e fragmentário, realçando-se o heroísmo em combate manifestado pelo jovem rei português, a morte de Mulei Moluco e a consequente substituição pelo irmão, tal como dispunham as normas sucessórias vigentes.

Uma descrição mais global da batalha, sob a forma estrófica do romance, aparece no início da segunda jornada, antecedendo aquela que passa a ser a ação principal: a já mencionada conversão ao cristianismo e o batismo do *príncipe de Marrocos*, filho do rei vencido, que ficara sob a proteção do monarca ibérico, Filipe (II de Espanha e I de Portugal). Nesta crónica versificada da batalha, narrada muitos anos depois por Albararín (Cid-Abdelcherim), alcaide mouro de Arzila, a Mulei Xequé, que tinha

apenas doze anos na época da trágica contenda, volta a destacar-se a coragem dos portugueses, que haviam enfrentado com quinze mil homens um exército de cem mil. D. Sebastião é mencionado como “el cristiano famoso, / más que dichoso arrogante, / a quien no pudo Filipo / desta empresa desvialle” (p. 145)¹⁰.

4. Quanto à obra de Vélez de Guevara, as fontes fundamentais são um manuscrito que integrava o espólio de Agustín Durán, oferecido à Biblioteca Nacional de Espanha em 1863, e uma edição impressa do primeiro terço do século XVII, descoberta em 1886 pelo hispanista alemão Adolf Schaeffer, sem a capa e sem as folhas iniciais, no qual *Del rey don Sebastián. Comedia famosa* é a décima peça de um volume de doze (Herzog 1972, 5-8). Sob o título desta comédia figurava a informação de foi representada por Riquelme. É sobretudo nesta versão impressa que se baseia a edição realizada em 1972 por Werner Herzog para a Real Academia Española, chamando-se por isso *Comedia famosa del Rey don Sebastián*, enquanto a recente edição de William R. Manson e C. George Peale (2014) segue fundamentalmente a lição do manuscrito depositado na Biblioteca Nacional, que é uma cópia feita a várias mãos e não um autógrafo, adotando por esse motivo o título do manuscrito, idêntico ao das crônicas coevas: *La jornada del rey don Sebastián en África*. Sem que isso corresponda a qualquer juízo de valor sobre uma ou outra opção, citarei o texto a partir da versão impressa.

Como dissemos, a obra de Luis Vélez de Guevara é exclusivamente dedicada à tragédia de Alcácer Quibir. Como é natural, embora os acontecimentos fossem relativamente recentes, os meios de difusão do conhecimento naquela época não eram propriamente eficazes e era necessário dar ao espetador a informação necessária para que este compreendesse o que se passava em cena. Os antecedentes da intervenção de africana de D. Sebastião são expostos logo no início da primeira jornada. Não respeitando a verdade histórica, o dramaturgo apresenta o conflito entre Mulei Moluco e Mulei Mohamed como se se tratasse de uma intriga palaciana: coincidindo com

¹⁰ Segundo o anónimo autor de *Jornada de África del rey D. Sebastião Escrita por um Homem Africano*, Filipe II terá começado por enviar um embaixador ao sobrinho para o dissuadir da sua resolução de intervir no conflito dinástico marroquino, concedendo-lhe depois em Guadalupe um apoio limitado e condicionado. Queiroz Veloso (1935: 266) registou sem tibiezas que “é de justiça pôr em relevo que Felipe II procurou, por todos os meios, demover o sobrinho do seu louco intento”. Apesar dos seus esforços para se encontrar com o duque de Alba antes da sua partida para Marrocos, o rei português não conseguiu esse encontro (cf. *Jornada de África* 2004: 13). Na peça de Lope, D. Sebastião lastima que isso não tenha acontecido quando acolhe as tropas castelhanas comandadas por Francisco de Aldana.

a chegada da “sultana”, noiva de Mulei Moluco, que vem acompanhada pelo vizir de Istambul e escoltada por cinco mil janízaros, Mulei Mohamed é alvo de um golpe de estado que o obriga a fugir e a pedir ajuda aos monarcas cristãos. Apesar de nesta peça Mulei Mohamed, identificado apenas como “xarife”, não ser tão claro a reconhecer a sua ilegitimidade (porque não aceita o acordo estabelecido entre o seu avô e o seu tio-avô), também aqui é referido o acordo sucessório já descrito a propósito da comédia de Lope, segundo o qual o poder deveria ter transitado do pai de Mulei Mohamed para o seu irmão Mulei Moluco:

Si mi agüelo pretendió
Que sus hijos sucediesen,
Puesto que naciese yo,
Porque Reyes todos fuesen,
Contra Mahoma pecó;
Que yo soy el heredero,
Pues soy el hijo mayor
De Abdala, que fue primero
De aquestos Reynos señor;
De cólera desespero.
(pág. 66)¹¹

É também reconhecido pelo próprio Mulei Mohamed, que disse se lastima, que é Moluco o preferido do povo. Queiroz Veloso (1935: 222) aventa a hipótese de as preferências do povo por Mulei Moluco estarem relacionadas com o facto de Mohamed ser filho de uma escrava negra. Recorde-se a anterior referência (nota 6), ao facto de o filho do rei deposto ser conhecido por “príncipe negro”.

¹¹ A regra sucessória é claramente exposta por Antonio de San Román, na sua *Jornada y muerte del rey don Sebastián de Portugal*, de 1603, que dedica um breve capítulo a explicar o acordo feito por Mulei Mahamet (escrevo o apelido de acordo com a ortografia da obra, mas trata-se de Mohamed ech-Cheikh, já referenciado), a que chamaram *Xarife* e que foi conquistador dos reinos de Marrocos, Fez e Tarudante, e o seu irmão Mulei Hamet (ou seja, Ahmed al-Araj; a semelhança e repetição dos nomes dos monarcas, que prosseguirá nas gerações seguintes, dificultam claramente o entendimento da história), “quedando concertado entre los dos, quando estaban en su pujanza, que por quanto ellos tenían hijos, antes de verse en ella, sucediese después de su muerte al tío menor de edad, el mayor de los sobrinos” (San Román 1603: 14-15). Era, portanto, ilegítima a transmissão do poder feita por Abdalah, filho de Mulei Mahamet, ao seu filho primogénito, quando estavam vivos dois dos seus irmãos. Acolhendo-se sob a proteção do Império Turco e ganhando prestígio pela valentia demonstrada nas lutas contra os cristãos, Mulei Moluco conseguiu que o sultão de Constantinopla lhe fornecesse soldados para fazer guerra ao sobrinho. San Román refere igualmente a grande simpatia de que gozava Mulei Moluco entre os mouros marroquinos (San Román 1603: 18).

Um segundo momento da comédia é preenchido pela relação entre D. António e o seu escravo mouro Zeylán, figura de elevado estatuto social na sociedade marroquina, que o prior do Crato liberta sem resgate. Este episódio, fictício, terá consequências na fase final da peça, quando, também contrariando a verdade histórica, o antigo escravo do prior do Crato consegue obter do rei marroquino a libertação, igualmente não onerosa, do seu antigo amo.

Há uma evidente ambivalência na forma como é tratado D. Sebastião, que aparece na parte final da jornada. Depreende-se que faltou ao rei (cujas qualidades de cristão e de cavaleiro são notórias, numa aceção ainda medieval) uma educação adequada que o preparasse para as funções reais que desempenha. Despreza as artes, com exceção da esgrima, e menospreza a burocracia do Estado, como o prova o facto de continuar a praticar esgrima enquanto despacha os assuntos de governação que lhe são trazidos pelo seu secretário. A jornada inicial acaba com a chegada do deposto rei marroquino que vem pedir apoio para a sua causa a Sebastião. Este, sublinhando a sua condição de português e espanhol, compromete-se a fazer o possível por dar resposta positiva ao pedido do marroquino. Surgem igualmente nesta jornada os primeiros augúrios de uma possível ameaça divina contra Portugal. Trata-se de um cometa que efetivamente apareceu nos céus portugueses na fase final do reinado de D. Sebastião e, obviamente, assustava as populações. Na comédia, é o duque de Aveiro (designado na obra por Abero) que dá conta do fenómeno, dirigindo-se ao rei de Portugal:

Tres noches abrá
que una cometa se muestra,
prodigio y señal siniestra
de algún daño que vendrá.
La color al cobre ygal
y de desigual grandeça,
al África la cabeça
y la cola a Portugal;
y siempre al amanecer,
con notable resplandor
se esconde, y sale mayor
después, al anochecer.
Parece que lo que dura
está abrasando la tierra;
hanbre, mortandad y guerra
amenaza y asigura,

según astrólogos, tanto
que está Lisboa afligida.
(p. 87)

Na segunda jornada, que conhece o seu término no encontro de Guadalupe entre os dois monarcas ibéricos, destaca-se, pelo espaço que ocupa e pela qualidade da informação aí veiculada, o encontro fortuito de D. Sebastião com um guardador de gado (baquero), quando o rei vai caçar sozinho e se perde da comitiva que se dirige ao famoso mosteiro da Extremadura espanhola¹². O vaqueiro, que não reconhece o rei e funciona também como o efêmero *gracioso* da peça, volta a falar do cometa que amedronta o povo (chama-lhe dragão de três cabeças) e de vários outros maus augúrios que desaconselham a guerra. Julgando ter como interlocutor um fidalgo influente e próximo do rei, acaba por lhe dar alguns conselhos para que este os transmita a D. Sebastião. É difícil não cotejarmos esta cena com o episódio camoniano do velho do Restelo:

Ya que aquese oficio os toca,
decilde, por bida vuestra
al Rey que es jornada loca
esta que en África yntenta,
pues los moros no le an echo
ningún agrabio, ni afrenta.
Goce del dorado lecho
de su casa en paz contenta,
deje al Maluco, no yntente
yr a ocupar con su gente
el África, si desea
biuir, que no ay quien no sea
dentro de su casa baliente.
Goce su edad y la silla
de Portugal, cátese,
pues tantos Reynos humilla,
y un heredero nos de
en la infanta de Castilla”
(p. 105).

¹² Uma estratégia dramática semelhante ocorre na comédia de Tirso de Molina *Las quinas de Portugal*, quando Afonso Henriques se perde igualmente durante uma caçada e se encontra com o pastor Brito, que também não o reconhece.

Os maus presságios adensar-se-ão na terceira jornada, que culmina com a morte do jovem monarca português. Começa essa jornada com uma inesperada queda do seu cavalo de D. Sebastião, que era um cavaleiro exímio, e o duque de Aveiro aproveita o ensejo para recordar ao seu rei muitas outras estanhas ocorrências que assolam a terra lusitana e parecem augurar uma tragédia (terramotos; montes que vertem fogo; sangue a correr entre o Tejo e o Mondego; a morte accidental de três marinheiros do esquife do xarife marroquino; a queda do próprio rei ao mar quando ia encontrar-se em Cádiz com o duque de Medina). Sem deixar que os supostos presságios o perturbem, D. Sebastião acolhe com entusiasmo a chegada do capitão Aldana, que era, para além de experiente militar, um brilhante poeta espanhol¹³, enviado pelo duque de Alba e que lhe traz a espada que fora usada por Carlos V na conquista de Tunes¹⁴. Outro mau augúrio: ao pegar na espada, o rei corta-se na lâmina. Na véspera da batalha, em claro contraste com o difundido mito do aparecimento de Cristo a Afonso Henriques em Ourique, garantindo-lhe a vitória, é a morte, sob forma feminina, que irrompe pelo sonho do rei português aconselhando-o a desistir do confronto para salvar a sua vida e a honra dos seus vassalos. No entanto, D. Sebastião interpreta todos estes agouros como sinais positivos e prenunciadores da sua vitória. Sente-se “benganza (...) de Rodrigo / y reliquia de Pelayo” (p. 137) e quer dar provas da bravura de “un Rey / español y lusitano” (p. 138). Recusa-se inclusivamente a atrasar a batalha, quando recebe a informação de que Mulei Moluco está moribundo. Em pleno combate, torna-se cada vez mais evidente que a fortuna é adversa aos portugueses, mas D. Sebastião permanece insensível aos avisos e aos perigos, rejeitando a fuga ou a rendição, mesmo perante a evidência da derrota. Quando depara com Mulei Moluco já morto (outra liberdade poética, pois nenhum cronista regista este encontro), já a sua arrogância se entrecruza com a loucura:

Berme a mí biuo temió,
y así me esperó difunto,
porque no lo hiciese yo.
Corrido estoy de mirar
que te quisiste morir;
el alma te quiero dar
porque buelbas a biuir,

¹³ O rei português compara-o a Camões (p. 142) e entrega-lhe o comando da infantaria.

¹⁴ Na verdade, as crónicas falam de um elmo e não de uma espada, como constata Queiroz Veloso (1935: 347).

y te vuelva yo a matar.
(p. 149)

No final da comédia, o duque de Barcelos dirige-se ao público e pede desculpa pelos erros do seu rei:

Dando con aquesto fin
a nuestro Rey prodigioso,
y pidiendo juntamente
perdón de sus yerros todos.
(p. 154)

5. Nas páginas introdutórias da sua edição da *Comedia famosa del rey don Sebastián*, Werner Herzog situa a redação da peça de Vélez de Guevara pouco antes de março de 1607, que seria o seu limite máximo *ad quem*. Como fontes principais da comédia aponta, a par do livro intitulado *Dell'unione del regno di Portogallo alla corona di Castiglia*, de Ieronimo de Franchi Conestaggio (publicada em Génova em 1885, e rapidamente vertido para francês, inglês e espanhol) a própria *Tragedia de D. Sebastián*, de Lope, que teria sido redigida entre 1593 e 1603 (Herzog 1972: 24 e 34). Em Conestaggio teria encontrado a informação histórica e em Lope “una serie de elementos y recursos accidentales (id.: 39). Também Menéndez Pelayo (1969: 154) encarava o livro de Conestaggio como fonte única dos episódios relacionados com Alcácer Quibir na comédia de Lope de Vega. Werner Herzog chega mesmo a colocar lado a lado passagens da obra de Vélez de Guevara e das duas fontes que identifica para demonstrar a justeza da sua tese. É certo que há uma grande coincidência nestas três obras no que respeita à apreciação dos comportamentos dos dois reis peninsulares, que desresponsabiliza completamente o rei Filipe II e culpa D. Sebastião pela perda da independência de Portugal. Mas é difícil acreditar que, em data tão próxima dos acontecimentos, os dois dramaturgos não recorressem a outras fontes (obras acabadas de sair do prelo, nalguns casos, mas também possíveis manuscritos entretanto perdidos ou até testemunhos diretos, bem possíveis apenas 20 ou 30 anos depois da trágica batalha), tanto mais que o cotejo de textos a que procede Herzog não explica a origem de toda a informação manejada pelo autor da *Comedia famosa del Rey don Sebastián*.

As crónicas da jornada africana de D. Sebastião não diferem substancialmente umas das outras na descrição dos acontecimentos, de forma que não é fácil detetar a fonte exata da informação utilizada por Lope ou Vélez de

Guevara. Elas dão, de um modo geral, uma imagem positiva de Filipe II e de Mulei Maluco e extremamente negativa do rei marroquino aliado de D. Sebastião¹⁵. Também a historiografia moderna não discrepa muito das crônicas quinhentas e seiscentistas, como podemos verificar numa obra tão importante sobre período histórico como o *D. Sebastião* de J. M. de Queiroz Veloso. Vozes dissonantes, houve-as na época, como é o caso da *Jornada de África*, de Jerónimo de Mendonça (1607), e houve-as também modernamente, com destaque para o historiador Francisco Sales Loureiro, que não descreveu o *Desejado* como um lunático irresponsável, mas antes como um representante dos setores políticos e económicos portugueses que reprovavam o abandono das praças marroquinas empreendido por D. João III.

Francisco Sales Loureiro diverge igualmente da leitura benigna que as crônicas e as comédias fazem da ação e dos propósitos de Filipe II, sublinhando as boas relações comerciais do rei espanhol com os mouros marroquinos, aos quais vendia as armas por estes utilizadas na guerra contra as praças portuguesas, e o desencontro político e comercial entre os interesses de Filipe e os do estado português. O historiador luso encara o monarca espanhol como “um rei calculista, maquiavélico, que usa [em Guadalupe] da promessa ambígua para alimentar o jogo empreendedor do sobrinho; que, plenamente consciente dos efeitos negativos ou mesmos contrários da iniciativa, lhe desaconselha a empresa como forma de melhor a incentivar” (Loureiro 1989: 203-204). Assim explica Sales Loureiro as dificuldades colocadas por Filipe ao recrutamento em Espanha de militares para a expedição militar de D. Sebastião, considerando igualmente que o monarca espanhol, filho de mãe portuguesa, a imperatriz Isabel, “desde o seu casamento até à anexação do nosso país, sempre viveu tão obcecadamente a ideia de reinar em Portugal como o nosso rei a de governar na Mauritània” (Loureiro 1989: 203)¹⁶.

¹⁵ Na *Jornada del-Rei Dom Sebastião à África. Crónica de Dom Henrique*, livro publicado em 1978, pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, sob a responsabilidade editorial de Francisco Sales Loureiro, Mulei Mohamed é nesta claramente denunciado como desonesto e mentiroso, conseguindo convencer em Ceuta D. António da Cunha de que era estimado pelos seus súbditos, quando, para o autor da *Jornada*, era Mulei Moluco que todos os mouros estimavam por ser “seu Rey natural, tido por muito caualeiro E amado dos seus por principe brando E afabel” (*Jornada del-Rei* 1978, 29). No prefácio (p. XXXVIII), Sales Loureiro data o manuscrito das duas crônicas do período que vai de 1588 a 1595. Menos objetivo no retrato de Mulei Moluco parece ser o “homem africano” que escreveu a *Jornada de África del Rey D. Sebastião*, e que se afirma contemporâneo dos acontecimentos que narra: “Era Maluc de gentil presença, discreto e mui bem entendido, branco e barbinegro, e em muitas virtudes que adornavam a sua pessoa mais parecia Cristão do que Mouro, entre as quais a justiça e um desejo de honra e liberalidade grande o faziam muito estimado” (*Jornada de África* 2004: 35).

¹⁶ Para Maria Augusta Lima Cruz, os conselheiros mais sensatos do rei português terão regressado de Guadalupe a Portugal com acrescidos motivos de preocupação: “Conhecendo-o como conheciam,

6. Como pudemos constatar, não constitui novidade a presença de temas e de figuras portuguesas no teatro espanhol do Século de Ouro. Isso deve-se, em primeiro lugar, a razões de proximidade ou mesmo de familiaridade, uma vez que o adjetivo espanhol (e a qualidade a que se associa) continuava a designar genericamente todos os habitantes da Península Hispânica, raras vezes nomeada como Ibérica.

Pode também dizer-se que em regra os Portugueses são tratados com o mesmo respeito que merecem aos dramaturgos de língua castelhana as demais nacionalidades peninsulares. Os traços caricaturais, quando existem, associados às personagens que encarnam o tipo dramático do *gracioso*, apontam para a hiperbolização das duas principais qualidades que se atribuem aos portugueses nas comédias áureas: a coragem física e a paixão descontrolada pela beleza feminina. E justamente o defeito capital captado por *nuestros hermanos* na personalidade lusitana é a compulsiva tendência para o exagero, ainda hoje plasmada no *Diccionario* da Real Academia Española: “*portuguesada*. f. Dicho o hecho en que se exagera la importancia de algo” (<http://lema.rae.es/drae/?val=portuguesada>; consult. 28/9/2015).

No caso do retrato do rei D. Sebastião que é feito nas duas obras estudadas não se pode, obviamente, falar de caricatura, mas sim de excesso e tragicidade. O excesso traduz-se em arrogância e em cegueira pessoal, social e política. Mas a descrição das ações temerárias do rei a que se procede nas comédias não é uma arbitrariedade dos dramaturgos, porque a perspectiva nelas apresentada coincide quase integralmente com o que sobre o mesmo rei registaram as crônicas coevas, incluindo as que foram escritas por autores portugueses. É com base nelas que Queiroz Veloso, um dos seus melhores conhecedores, traça este retrato de um rei que já fora e voltaria a ser *desejado*:

Quanto mais o contradiziam, mais se aferrava ao seu projeto. Era uma teimosia mórbida, a cerrada obstinação de um pensamento dominante: os avisos, por mais prudentes, a mínima oposição, por mais sensata, em vez de o vencerem, irritavam-no, afervorando-o no seu empenho. Outra preocupação constante é a sua reputação, o que dirá o mundo, o que escreverão os cronistas. (Veloso 1935: 269)¹⁷

não ignoravam que as condições impostas por Filipe II teriam o efeito perverso de o impelir à vertiginosa tarefa de preparar em oito meses uma expedição militar cuja envergadura ultrapassava, agora, tudo quanto antevira. Circunstância que, por certo, ainda mais o motivaria” (Cruz 2011: 255).

¹⁷ José van den Besselaar, um reconhecido especialista holandês da temática do Sebastianismo, traçou um perfil da personalidade de D. Sebastião ainda mais expressivo: “Destituído de qualquer realismo, andava alheio às grandes necessidades da nação, como também ao espírito da época em que a Europa acabava de entrar. Extraviado, vivia na Idade Média, e sonhava com atos de bravura cavaleiresca e

Até mesmo a prudência de Filipe II e a seu aparente desinteresse pela coroa de Portugal (que, como vimos, Francisco Sales Loureiro questiona) são confirmados pelas crónicas, tal como a desonestidade do xarife a que se associa o rei português. Mas isto não significa necessariamente que nas duas comédias esteja completamente ausente o fundamento ideológico. Apesar se tratar, antes do mais, de um espetáculo e de um negócio, que tem de assegurar o sustento da companhia, o teatro espanhol do *Siglo de Oro* tem também uma agenda ideológica que passa pela apologia do centralismo régio (incarnado na dinastia dos Habsburgos espanhóis) e pela exaltação da fé católica. D. Sebastião nunca é explicitamente desrespeitado, porque, enquanto rei legítimo, o seu poder tem origem divina, mas, na exata medida em que o decoro o permite, é realçado o seu carácter aventureiro e sua falta de sentido de estado, que não é completamente compensada pela sua coragem e destreza militar.

Também não deve ter sido alheio a este interesse pelo perfil histórico de D. Sebastião o facto de, pelos mesmos anos, começar a desenhar-se em Portugal um culto messiânico em torno da memória do falecido rei, ao mesmo tempo que se ampliava a disseminação da lenda da intervenção divina na formação de Portugal. De acordo com essa lenda, gradualmente integrada nas crónicas lusas, Cristo Crucificado aparecera a D. Afonso Henriques na véspera da batalha de Ourique, garantindo-lhe a vitória e outorgando-lhe poderes régios. Frei Bernardo de Brito relata o milagre de Ourique na sua *Crónica de Cister* (1602), enquanto Frei António Brandão o fará na III parte da sua *Monarquia Lusitana* (1632). É sabido que nos anos que se seguiram à batalha de Alcácer Quibir apareceram vários burlões que tentaram fazer-se passar por D. Sebastião, regressado vivo de África. Um desses aventureiros, o italiano Marco Tulio Catizzzone, logrou mesmo convencer alguns nobres portugueses, entre os quais D. João de Castro, de que era o monarca desaparecido (cf. Besselaar 1987: 68-71). D. João de Castro, neto do homónimo Vice-Rei da Índia, que fora partidário do prior do Crato na resistência a Filipe II, publicou em 1602, em Paris, onde se encontrava exilado, o *Discurso da Vida do Sempre Bem-Vindo e Aparecido Rei Dom Sebastião, Nosso Senhor, o Encuberto, des do seu Nascimento té o Presente*, e no ano seguinte a primeira versão impressa das trovas de Bandarra (*Paráfrase e Concordância de Alguas*

com louros militares, sobrestimando as suas forças. Não se lhe pode negar certa grandeza e certo idealismo, mas essas boas qualidades eram comprometidas por uma grande dose de teimosia, fanatismo e egocentrismo” (Besselaar 1987: 68-69).

Profecias de Bandarra, Sapateiro de Trancoso), que se tornaria uma obra de referência para a oposição portuguesa à governação filipina.

Face à lenda que se ia formando e voando para o céu, nada melhor do devolver à terra (e à sua dimensão natural) um rei que, como reconhece Basselaar (id.: 75) nunca, fora particularmente compreendido e acarinhado pelos seus súbditos. E se a independência de Portugal se legitimara (segundo a crença generalizada dos portugueses) na intervenção divina em Ourique, também a perda da independência tem uma legitimação sobrenatural avaliada nestas comédias, particularmente na de Vélez de Guevara, na qual abundam os sinais de que os céus não estavam com o rei português e de que a sua abnegada empresa estava votada a um completo fracasso do qual fatalmente resultaria o fim de um Portugal independente¹⁸.

Referências

- BESSELAAR, José van den (1987). *O Sebastianismo – História Sumária*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- BRUNO, Sampaio (1983). *O Encoberto*. Porto: Lello & Irmão.
- BOUZA, Fernando (2011). *D. Filipe I*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- CAMÕES, Luís de (2003). *Os Lusíadas*. 5.^a ed. Ed. Á. J. Costa Pimpão. Lisboa: Instituto Camões.
- CORREAS, Gonzalo (2000). *Vocabulario de refranes y frases proverbiales*. Ed. Louis Combet, revista por Robert Jammes y Maïte Mir-Andreu. Madrid: Castalia.
- CRUZ, Maria Augusta Lima (2011). *D. Sebastião*. 6.^a ed. Lisboa: Círculo de Leitores.
- DOMÍNGUEZ ORTIZ, Antonio (1973). *El Antiguo Régimen: Los Reyes Católicos y los Austrias*. Madrid: Alianza/Alfaguara.
- FRAY PRUDENCIO DE SANDOVAL (1956). *Historia de la vida y hechos del Emperador Carlos V, Máximo, fortísimo, Rey Católico de España y de las Indias, Islas y Tierra firme del mar Océano*. Vol. III. Madrid: Ediciones Atlas.
- HERZOG, Werner, 1972. [Introdução] a *Comedia famosa del Rey don Sebastián*. Madrid: Anejos del Boletín de la Real Academia Española.
- Jornada de África del Rey D. Sebastião Escrita por um Homem Africano* (2004). Prólogo de Júlio da Conceição Pedro; atualização ortográfica de Fernando Calapez. Lisboa: Livro Aberto.

¹⁸ Recordemos as palavras dirigidas ao rei pela morte, que lhe aparece sob forma de mulher: “¡No des la batalla, Rey, / buélbete al mar, alça el campo, / que ynporta a tu bida havello / y al honor de tus basalhos!” (p. 136)

- Jornada del-Rei Dom Sebastião à África / Crónica de Dom Henrique* (1978). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- LOUREIRO, Francisco Sales (1983). “D. Sebastião e Alcácer Quibir”, in José Hermano Saraiva, ed. *História de Portugal*. Vol. IV. Lisboa: Publicações Alfa, 127-159.
- LOUREIRO, Francisco Sales (1989). *D. Sebastião e Alcácer Quibir*. Lisboa: Publicações Alfa.
- MENÉNDEZ PELAYO, Marcelino (1969). “La tragedia del rey don Sebastián y bautismo del príncipe de Marruecos”, in *Obras de Lope de Vega*. Vol. XXV. Madrid: Atlas, 150-155.
- QUADROS, António (1982). *Poesia e Filosofia do Mito Sebastianista*. Vol. I. Lisboa: Guimarães & C.^a.
- QUEVEDO, Francisco (1973). *Sueños y discursos*. Ed. Felipe Maldonado. Madrid: Castalia.
- RAPOSO, Hipólito (1936). “O sentimento português em Lope de Vega”, *Gil Vicente*, vol. XII, 11-18, 51-62 e 87-100.
- SAN ROMÁN, Antonio de (1603). *Jornada y muerte del rey don Sebastián de Portugal*. Valladolid: Herederos de Juan Yñiguez de Lequerica.
- VEGA, Lope de (1925). *Comedias escogidas*. Vol. III (Biblioteca de Autores Españoles, tomo XLI). Madrid: Librería y Casa Editorial Hernando.
- VEGA, Lope de (1955). *Obras escogidas*. Tomo III. Ed. F.C. Sainz de Robles. Madrid: Aguilar.
- VEGA, Lope de (1966). *El duque de Viseo*. Ed. F. Ruiz Ramón. Madrid: Alianza.
- VEGA, Lope de (1967). *Arte nuevo de hacer comedias; La discreta enamorada*. 3.^a ed. Madrid: Espasa-Calpe.
- VEGA, Lope de (1969). *La tragedia del rey don Sebastián y bautismo del príncipe de Marruecos. Comedia famosa*, in *Obras de Lope de Vega*. Ed. M. Menéndez Pelayo. Vol. XXVII. Madrid: Atlas, 123-182.
- VÉLEZ DE GUEVARA, Luis (1964). *Reinar después de morir*. Madrid: Editora Nacional.
- VÉLEZ DE GUEVARA, Luis (1972). *Comedia famosa del rey don Sebastián*. Ed. Werner Herzog. Madrid: Anejos del Boletín de la Real Academia Española.
- VÉLEZ DE GUEVARA, Luis (2014). *La jornada del rey don Sebastián*. Ed. William R. Manson e C. George Peale. Newark, Delaware: Juan de la Cuesta.
- VELOSO, J. M. de Queiroz (1935). *D. Sebastião: 1554-1578*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.
- VIQUEIRA, José María (1950). *El lusitanismo de Lope de Vega y su comedia “El Brasil restituído”*. Estudio bio-bibliográfico, notas y comentarios. Coimbra: FLUC-Coimbra Editora.